

**LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO**
Coluna semanal
discutirá a Reforma
Universitária

*
Professores analisam
medidas contra
a Sul América

SALÁRIOS

APROPUC discute atrasos com a Reitoria

Preocupados com os constantes atrasos de salário (que desta vez estenderam-se mais que nos outros meses), os diretores da APROPUC reuniram-se com a Reitoria para solicitar explicações. O reitor Antonio Carlos Ronca inicialmente informou que nesta segunda-feira estariam creditados os restantes 50% dos salários. O pagamento foi possível principalmente pelas inscrições no pós-graduação e por um empréstimo feito pela universidade.

Segundo o reitor, a situação da universidade ainda é delicada, mas especificamente nestes dois últimos meses enfrentou maiores dificuldades. Primeiro, em virtude do pagamento das últimas parcelas da dívida salarial de 2003, e também porque a inadimplência, somente no segundo semestre, atingiu R\$8 milhões. Porém, a Reitoria afirmou

que, se há dificuldades no pagamento dos salários no dia certo, isto não significa que esteja em curso um comprometimento dos salários como um todo. Segundo o professor Ronca, a negociação dos carnês de mensalidade continua normal, como tem sido em todos os anos de sua gestão.

Acordo salarial

O texto do acordo salarial aprovado na assembléia dos professores deverá ser assinado nos próximos dias. Neste pagamento, os professores já vão receber seus salários reajustados em 0,5%. A Reitoria propôs que o pagamento do 0,5% devido de março a setembro/2004, que pelo acordo deveria ser recebido até o fim de outubro, seja pago apenas em 3/11.

Outro problema apresentado pela professora Priscilla Cornalbas,

presidente da APROPUC, diz respeito à perda salarial decorrente dos atrasos mensais. A discussão vem sofrendo seguidos adiamentos na Delegacia Regional do Trabalho e nova audiência está marcada para o dia 2 de dezembro. As perdas decorrentes dos atrasos ocorridos entre maio/2003 e janeiro/2004 foram pagas pela PUC, corrigidas por um índice escolhido pela Reitoria, mas rejeitado pelos professores em assembléia. Daí para frente, nenhuma nova medida foi tomada para ressarcir os docentes de suas perdas. O professor Ronca afirmou que pretende pagá-las, e que a Reitoria estudará a questão. Porém, os atrasos podem continuar. Outra preocupação da Reitoria neste final de mandato é o pagamento da primeira parcela do 13.º salário, cujo depósito deverá ser feito no dia 29/11.

Assembléia das professoras

Somente para os usuários da Sul América Saúde

28/10 - quinta-feira - 18h - sala 239

Pasteurização dos partidos

As eleições municipais deste ano consolidaram o processo de pasteurização dos partidos políticos brasileiros: agora todos fazem parte do mesmo centrão, com dois blocos de partidos neoliberais, o original e o alternativo, que se revezam no governo para cumprir o projeto das classes dominantes sob a hegemonia do capital financeiro.

A perda de identidade é acelerada, seja pelo oportunismo eleitoral, seja pela continuidade das políticas governamentais, seja pela promiscuidade das alianças e coligações partidárias, seja pelo mesmo grau de submissão aos verdadeiros donos do poder – internos e externos.

A guinada do PT para o centrão incluiu aliança com o PL e setores do empresariado nacional, a capitulação frente ao capital estrangeiro (Carta aos Brasileiros), a ampla articulação parlamentar com ACM, Sarney e outros caciques do conservadorismo brasileiro; o acordo fisiológico com o PTB em inúmeras cidades, e agora, finalmente, a benção do malufismo para a prefeita Marta Suplicy.

Os partidos políticos, no Brasil, sempre careceram de aprofundamento ideológico e de base social mais sólida. No entanto, o espectro definido com a redemocratização e o fim da ditadura militar, que ia da esquerda (PT) à direita (PDS/PPB/PP), passando por centro direita e centro esquerda (PTB/PMDB/PSDB/PDT), carregava alguma identidade própria e estabelecia diferenciação de programa, discurso, composição social e de métodos de organização e de luta.

Tudo indica que esse quadro está definitivamente enterrado e já não tem mais aspectos marcantes de diferenciação, tanto na prática cotidiana – especialmente no exercício de mandatos legislativos e executivos – quanto nos objetivos maiores de médio e de longo prazos. Alguém acredita que o PSDB, o PDT/PPS/PSB ou o PMDB queiram ainda implantar no Brasil a social-democracia nos moldes do norteyuropeu? Ou que o PT ainda esteja acumulando força para construir o socialismo?

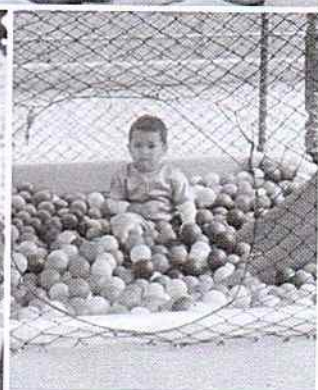
Existe um abandono sutil ou escancarado das bandeiras de luta. E há, ao mesmo tempo, uma capitulação disfarçada ao modelo neoliberal – que expressa mais uma fase de capitalismo selvagem, com forte concentração da renda e da riqueza e uma exclusão social sem precedentes. A lógica dominante, com todos esses atores políticos participando em maior ou menor cumplicidade, é uma só: os trabalhadores, os pobres e os miseráveis que se danem!

Há, certamente, muita gente séria comprometida com a transformação social que ainda acredita na recuperação ou no redirecionamento de vários desses partidos para as suas bandeiras históricas. A questão é saber exatamente quando ficará evidente para todos que a trajetória é mesmo irreversível. De outro lado, os partidos legais de esquerda – PSTU, PCO e PSOL – ainda não se apresentam como alternativas de massa para barrar o estrago causado pelo neoliberalismo. O povo brasileiro precisa, urgentemente, de partidos e movimentos sociais que ajudem a construir outro rumo para o Brasil. Urgentemente.

*Hamilton Octavio de Souza,
Diretor da Apropuc.*



FOTOS DE STELLA MARIS BRONZO



A criançada fez a festa

Brincadeiras, palhaços, cachorro-quente, pipoca e refrigerante: foi o Dia da Criança da AFAPUC, em que não faltou alegria para pequenos e marmanjos.



Assembléia dos funcionários

- Medidas contra a Sul América
- Proposta da Reitoria sobre a reposição salarial (Indicativo de greve)

29/10 - sexta-feira - 14h - sala 239



PUCviva é uma publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.
Coordenação: Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Diverso.
Reportagem: Ébano Piacentini. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@sanel.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço da PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br.

Carta aos professores usuários

Aos Professores Usuários do Convênio Saúde Sul América:
Em julho próximo passado a APROPUC foi chamada à DRH para ser informada de negociações que a PUC-SP vinha realizando com os convênios Saúde, Intermédica e Sul América. Em relação ao primeiro fomos informados que as negociações estavam em torno da adequação do convênio à nova legislação e que em relação à Sul América negociações vinham sendo realizadas, uma vez que ela havia apresentado além do reajuste da anualidade um reajuste de 44% a título de sinistralidade, que a PUC questionava tendo em vista os dados apresentados que demonstravam uma sinistralidade a menor do que foi apresentado e portanto um reajuste a menor (20%).

No início do mês de agosto, vários professores, após tomar conhecimento do reajuste anual aplicado e da possibilidade de um aumento técnico pela sinistralidade, procuraram a entidade solicitando informações e questionando a respeito.

Procuramos, então, obter informações jurídicas e de órgãos que discutem a questão da legislação na área da saúde para saber da legalidade e legitimidade da cláusula em questão.

Quando no final do mês de agosto, a DRH informou da apli-

cação do aumento de 20%, além do já aplicado 19,8% em julho, solicitamos, juntamente com a AFAPUC, reunião com a Reitoria para tratar da questão. Desde então, várias ações foram desencadeadas no sentido de debater e posicionar-se pelo questionamento de tal reajuste, que monta em 44,6%, e que têm sido divulgadas através do jornal *PUCviva*.

Tendo em vista que a matéria relativa ao questionamento jurídico da cláusula de sinistralidade e ao reajuste do Plano Seguro Saúde Sul América tem causado discussão entre a categoria de professores, que alguns professores procuraram a APROPUC para manifestar sua preocupação e que é necessário construir uma compreensão coletiva para o posicionamento dos usuários do Seguro Saúde Sul América, a diretoria da APROPUC solicitou parecer de nosso advogado, que publicamos abaixo, e vem através desta carta conchamar para que todos os Professores Usuários do Seguro Saúde Sul América compareçam à Assembléia dos Usuários convocada para discutir e posicionar-se sobre o problema dos reajustes aplicados e da necessidade de encaminhamento de ação jurídica.

Parecer do advogado da APROPUC

Antes de qualquer coisa, temos que separar os seguros de saúde daqueles contratos tradicionais de seguro. Os serviços de saúde podem ser prestados pela iniciativa privada, mas sempre de forma complementar ao Sistema Único de Saúde, de acordo com o que diz a Constituição Federal.

Além disso, os contratos de seguro de saúde estão submetidos às normas do Código de Defesa do Consumidor, que é lei principiologicamente e pela Lei dos Planos de Saúde, que é complementar ao CDC. Os contratos em geral têm várias classificações, dentre elas se diferenciam os contratos comutativos dos aleatórios. No momento da contratação, nos primeiros já se sabe exatamente o que cada um dos contratantes vai dar e receber. Nos segundos, em que os seguros se enquadram e o "jogo" também, há o risco, e não há necessariamente a troca, ficando a execução do contrato subordinada a um acontecimento futuro e incerto.

No caso do contrato com a Sul América, o contrato só é cumprido por ela se houver a necessidade da utilização de algum serviço por parte do segurado. Assim, o seguro é feito por prevenção, arcando o segurado com pagamento do chamado "prêmio" e a seguradora correndo o risco de arcar com as eventuais despesas decorrentes da utilização do seguro.

Evidentemente que a Seguradora, ao ofertar um seguro, faz previamente uma análise do grupo e estipula um preço para o "prêmio", e nessa fixação dos

valores ela já tem em conta a evolução previsível do quadro de saúde dos segurados, através da utilização de cálculo atuarial. Mas as seguradoras e o setor financeiro de um modo geral têm muita ascensão sobre os poderes constituídos e sempre que podem "arrancam" uma resolução aqui e uma lei ali, com o objetivo de salvaguardar seus interesses. E como infelizmente sabemos, os ocupantes do legislativo e do executivo, independentemente da bandeira que sustentaram um dia, não estão nem aí para os consumidores e o respeito à Constituição Federal, assinam tudo o que é encomendado pelos setores que publicamente financiam suas campanhas políticas. O fato é que dentre essas resoluções e leis, há a autorização para a cláusula de sinistralidade. Mas uma coisa é a ligação perversa entre o setor securitário e as autoridades, outra é a defesa do consumidor, garantida na Constituição Federal e no Código de Defesa do Consumidor. Como ela prevalece sobre qualquer lei ou resolução, a cláusula de sinistralidade é abusiva, assim como a cláusula que estabelece prazo determinado para o contrato, pois contrato de seguro de saúde é para a seguradora como o filho para os pais, eterno. No caso dos seguros de saúde somente o consumidor pode rescindir o contrato. A seguradora só pode rescindir o contrato na hipótese do não pagamento do prêmio por mais de sessenta dias e depois de notificar o consumidor. Assim, no contrato celebrado com a Sul América, tanto a cláusula de sinis-

tralidade como a do prazo do contrato são abusivas, além de muitas outras. Nunca é demais lembrar que o papel aceita tudo e como já disse Rousseau há mais de duzentos e quarenta anos ao falar sobre o direito do mais forte: "ceder à força é um ato de necessidade, e não de vontade". Claro que, para muitos, o reajuste é suportável e muitas vezes preferível ao risco de se perder o seguro, mas o problema é que o contrato é eterno mesmo, exceto se encontrarmos outro melhor, e no ano que vem haverá novo reajuste superior ao dos demais planos, e nova aplicação da cláusula de sinistralidade. Devemos encarar essa cláusula da mesma forma que vemos os juros do cheque especial e do cartão de crédito, no começo parecem suportáveis mas com o tempo, mês a mês, ano a ano...

Temos as seguintes alternativas: a) requerer a suspensão da aplicação da cláusula de sinistralidade e do aumento de 19,08%, já que a ANS autorizou para os planos individuais posteriores a 1998 reajuste de 11,75%; o que implica no pagamento do valor do mês de maio reajustado pelo índice de 11,75%; b) depositar em juízo a diferença; c) continuar pagando e pedir em juízo a devolução do excesso. Em todas as alternativas teremos que discutir a validade das cláusulas de sinistralidade e do prazo do contrato, além de outras cláusulas. Poderemos, na hipótese da letra "C", pedir a suspensão da aplicação da cláusula de sinistralidade nos anos seguintes até o final da ação.

Ampliando o debate sobre a Reforma do Ensino Superior

O governo federal havia anunciado a Reforma Universitária como meta principal para 2004, e seguiu em frente com o projeto. As discussões sobre o tema multiplicaram-se rapidamente ao redor do país, e a PUC não tem ficado de fora do processo.

Em nossa universidade, as medidas pretendidas pelo Ministério da Educação – em conjunto, obviamente, com a área econômica do Planalto – podem ter reflexos profundos, não apenas na estrutura interna, na política de acesso ou na autonomia puquianas, mas na própria sobrevivência da instituição em meio ao que o Ensino Superior ameaça se tornar.

Algumas das ações da Reforma respondem claramente a diretrizes elaboradas fora deste país, por organizações que se dedicam meramente ao estudo de formas de reproduzir e intensificar o funcionamento atual da sociedade. Basta acessar o site do Banco Mundial na Internet para comprovar: são vários os princípios listados, sempre enxergando como função da Educação a

resposta às demandas do mercado. As condições dos trabalhadores das universidades brasileiras não ficam de fora. A medição quantitativa da produção acadêmica e a “relevância mercadológica” de cada pesquisa também estão dentro dessas diretrizes.

Uma das faces da Reforma já está em vigor: é o Programa Universidade Para Todos (ProUni), que estabelece alterações sérias no Ensino Superior brasileiro, como a isenção de impostos para instituições com fins lucrativos (leia-se empresas) e as cotas para negros e indígenas. Na PUC, o programa vai ser discutido conjuntamente pelo Consun e pelo Cepe nesta semana (leia matéria na seção Rola na Rampa).

A partir deste número, o PUCviva passa a trazer uma nova seção, totalmente voltada para a discussão da Reforma Universitária, através de artigos produzidos por membros da comunidade. Nesta edição, inauguramos o debate reunindo opiniões de alguns diretores da APROPUC.

É preciso defender e lutar seriamente pelo ensino público e gratuito

A reforma do ensino do governo PT/Lula, ao contrário de fortalecer o ensino estatal, reforça a mercantilização. O caráter privatista das medidas anunciadas está na base das diretrizes educacionais assumidas pelo governo. Evidentemente, o Ministro Tarso Genro embeleza esse caráter com aspectos de aparência social e democrática, como o critério de cotas. Reforça a máscara democrática com palavreados de inclusão e cidadania. Tal condimento serve às posições que dizem não concordar na íntegra com os projetos em curso, mas que podem ser melhorados. Essa linha, no fundamental, está na defesa do governo PT/Lula, usando a máscara oposicionista. Acabam dizendo que a correlação de força não possibilita se contrapor à totalidade do projeto privatista e não permite a defesa do ensino público como sistema único, estatal, gratuito e científico. São defensores da coexistência da escola pública com a particular. Acham que o que falta é um controle estatal das escolas particulares, que praticam o comércio educacional. Por essa via, jamais os trabalhadores, a maioria explorada e empobrecida, poderão defender o acesso universal em todos os níveis do ensino. E não se trata de reivindicar o direito a uma parte da classe média oprimida aos estudos. Não

se trata também de identificar uma parcela social discriminada, destacando-a da maioria. A reforma de Tarso Genro introduz essa distinção e os pretensos oposicionistas, também reformistas, se apegam a ela para defender melhoria no projeto. Trata-se de um desvio da luta pelo acesso das massas à educação e uma defesa camuflada da permanência da escola de classe, expressão da sociedade de classe. Outra deve ser a posição dos trabalhadores e da juventude. Está colocada a luta pela derrocada da reforma neoliberal do governo PT/Lula, calcada na orientação do FMI/Bird, pelo ensino público, único, gratuito, vinculado à produção social e estatização do sistema privado. É com as tarefas que de fato colocam os trabalhadores em confronto com a exploração que o movimento social ganhará independência e capacidade de luta.

Erson Martins, professor do Departamento de Artes

Uma reforma segundo os marcos do neoliberalismo

A reforma do ensino superior brasileiro, efetuada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, se consolidou sob a lógica gerencial da Reforma do Estado. O seu objetivo era transformar a universidade de instituição social em organização social, regendo-se por medidas provisórias e emendas constitucionais. A

universidade passou a estar submetida a interesses empresariais e a reforma teve na LDB seu estatuto de legalidade.

Hoje o governo Lula apresenta um conjunto de reformas nos marcos de continuidade e aprofundamento do pacto neoliberal, mantendo o superávit primário e transferindo 4,45% do PIB para pagamento de juros. A ação do PT, um partido construído historicamente a partir das grandes mobilizações operárias e estudantis, deve pautar-se por compromissos sociais e não por interesses impostos pelo capital internacional, que exigem a redução de recursos orçamentários para a educação pública e o favorecimento da mercantilização do ensino.

Beatriz Abramides, professora da Faculdade de Serviço Social

Mobilização e luta pela reforma do povo

A reforma do ensino superior é uma reivindicação antiga de educadores, estudantes e da sociedade brasileira. Vários documentos elaborados pelas entidades de classe dos trabalhadores na educação reafirmam a luta pelo ensino público e gratuito para todos; pelo aumento da verba orçamentária da educação; pela autonomia e democratização da universidade; pela vinculação da

Continua na próxima página

pesquisa e das políticas científicas e tecnológicas ao projeto nacional de desenvolvimento que atenda os interesses da grande maioria do povo brasileiro.

O que tem sido proposto pelo Governo Lula, em nome da reforma do ensino superior, não combina em nada com as propostas de professores e estudantes, e muito menos com tudo aquilo que foi defendido pelo próprio Partido dos Trabalhadores durante mais de vinte anos de lutas. Não faz o menor sentido colocar a reforma do ensino superior no pacote das medidas neoliberais exigidas pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Agora é o momento de mobilizar as forças da sociedade para exigir do Governo Lula uma reforma que fortaleça a escola pública (contra a privatização), que democratize o acesso (contra a elitização) e que coloque o ensino superior a serviço das transformações sociais do povo brasileiro (contra a mercantilização).

Hamilton Octavio de Souza, professor do Departamento de Jornalismo

Seguindo as normas do FMI

Devemos dar a devida importância para a Reforma Universitária, porque ela influenciará a educação brasileira em todos os níveis. Existem vários subterfúgios no projeto de lei que devem ser desmascarados. A concepção de dois anos de ciclo básico de formação, por exemplo, permitirá a lotação de classes com mais de cem alunos por sala de aula, é uma política que liquida com o ensino superior de qualidade, instaurando padrões nitidamente privatistas.

O conceito de autonomia universitária é extremamente confundido pelo projeto de lei do governo. A reforma parece seguir mais à risca as determinações do Fundo Monetário Internacional, encarando a educação como um serviço, esquecendo-se da pesquisa acadêmica, finalidade primordial de todo país que não deseja unicamente ocupar um lugar subalterno na ordem econômica mundial.

Luiz Carlos de Campos, professor do Departamento de Física

Aprofundando a política de privatização da educação

A reforma da Educação em curso no Brasil tem como uma de suas faces a Reforma do Ensino Superior. É preciso compreender esta não apenas como uma reforma universitária, mas para além da regulamentação do ensino universitário, um conjunto de medidas que caminham na direção de um aprofundamento da política de privatização da educação, que tem sido implantada desde os governos da Ditadura Militar no país após o golpe de 64.

Trata-se de um conjunto de medidas que ao manter, fortalecer e ampliar a rede privada de ensino no país, repassando para a sociedade civil, na forma de serviços, um bem público e um dever do Estado, que historicamente constituiu-se na tarefa a ser realizada pela sociedade capitalista, disseminando o seu caráter de mercadoria, destrói as potencialidades criativas e coletivas da humanidade.

Priscilla Cornalbas, professora da Faculdade de Educação

Qual é a proposta do governo federal?

“Afinal de contas, qual é a proposta do governo federal para a Reforma Universitária?”. A frase do professor José Salvador Faro sintetiza o debate ocorrido no Tuacarena em 21/10. Além de Faro, membro do Departamento de Jornalismo e do Sinpro, estava presente a diretora do Centro de Educação e da Contec, Madalena Peixoto.

Faro argumentou que, de um lado, o governo formulou documentos com diretrizes que reafirmam a Educação Superior como um direito. Na prática, porém, estaria fazendo o oposto, e a prova disso seria o Programa Universidade para Todos (ProUni). Segundo o professor, a instituição do projeto por medida provisória gera uma contradição política, pois ao mesmo tempo em que o governo negocia uma reforma dialogando com entidades nacionais, acaba fortalecendo as universidades privadas sem passar por discussão mais profunda ou votação no Congresso.

“No que as universidades privadas, tirando as PUCs, contribuíram nos últimos 20 anos para a pesquisa? A contribuição é nula”, disse. “Se alguém questiona isso, o empresário diz: eu gozo de autonomia”, complementou. Na visão do professor, só haverá reforma de fato se a autonomia das privadas deixar de ser em



Da esquerda para a direita: José Faro, Rosa Maria Tosta (mediadora) e Madalena Peixoto

favor das mantenedoras das universidades, que na prática são as empresas, e passar a ser das mantidas, que são as universidades. Além disso, o governo deve decidir se vai enfrentar o poder dos empresários das “universidades shopping center”, que movimentam nada menos que 1,6% do PIB nacional, ou se vai sucumbir aos interesses delas.

A professora Madalena destacou que o governo vem, desde o começo do ano, promovendo seminários, colóquios e oitivas, com várias entidades nacionais ligadas à Educação e movimentos sociais, apesar de pouco ter ouvido as universidades. Diante disto, destacou que a metodologia é interessante, e “põe na mesa um amplo leque de interesses”,

que culminou com um documento do MEC que estabelece princípios e diretrizes a serem apresentados no dia 20/11 como projeto de lei orgânica. Para a professora, grande parte dos princípios está correta, mas para concretizá-los é preciso haver um sistema nacional do Ensino Superior, em que “o Estado precisa regular o sistema”; que é preciso, para além da autonomia, responsabilidade das privadas, que devem oferecer plano de carreira aos professores; e democracia interna nas universidades, além de uma expansão do ensino público em 40% das vagas. Madalena ainda alertou que se as universidades não se envolverem no debate, a reforma será “burocrática ou autoritária, como vem ocorrendo nos últimos dez anos”.

O milagre da multiplicação de bolsas na PUC-SP

Marcelo Tomassini e Tiago Guerra

O que mais preocupa nesta universidade não é simplesmente a falta de informação, mas como se divulga e como essa informação pode ser usada. Foram divulgadas informações que, no nosso entender, criam preconceitos contra cursos, não ajudam a compreender os problemas reais da universidade, além de se mostrarem convenientes num momento em que a universidade abre suas inscrições para o vestibular.

O jornal *A Semana*, assim como o quinzenal *Jornal da PUC*, são órgãos ligados e produzidos pela assessoria de imprensa da Reitoria. No entanto, defender a posição da Reitoria é uma coisa, outra bem diferente é quando esse meio de comunicação – que extrapola os muros da universidade – atua no sentido de desinformar e passar uma imagem que não corresponde aos fatos, e isso nos preocupa enquanto integrantes desta universidade.

Em documentos expostos no Conselho de Administração e Finanças (CAF) e no Conselho Comunitário (Cecom) no mês passado, nota-se como é fácil chegar a números inflacionados de bolsas na PUC-SP. Nesses documentos, consta que 8.563 alunos matriculados têm bolsa. Isso corresponde a 41% dos estudantes. Mais ainda, os números revelam que hoje na PUC existem 1.922 estudantes com bolsa-doação. Ou como diz o *Jornal da PUC*, “a PUC-SP paga o valor integral da mensalidade. Isso para 1.922 alunos...”.

Ao analisar o documento, saltam aos olhos a existência de cursos com mais bolsas do que estudantes. Os cursos de Serviço Social e Matemática, por exemplo, têm, respectivamente, 103% e 102% de estudantes bolsistas. Parece absurda essa conta, mas segundo o documento apresentado nos conselhos da PUC-SP e amplamente divulgado pelos órgãos de comunicação da Reitoria, eles seriam verdadeiros. Como mostra o

documento do CAF, no primeiro semestre de 2004, o curso de Serviço Social tinha 92 estudantes com bolsa restituível, 35 com acordo interno, 123 com bolsa doação, 3 com bolsa estágio, 1 convênio internacional, 12 com bolsa FSP-E/F, 6 FIES e 12 Convênio Escola da Família. Isso dá um total de 284 bolsistas para 276 estudantes matriculados, logo se chega ao número de 103% de estudantes bolsistas.

A Reitoria pode alegar que este documento está somando o número de bolsas, e não de estudantes. Assim, se justificaria a possibilidade de haver mais bolsas que estudantes. Porém, o que se entende é justamente o contrário: a Reitoria está somando o número de bolsas como se fossem alunos, ignorando a discriminação e a margem de porcentagem de bolsas para cada estudante, e ignorando também que um estudante pode ter dois tipos de bolsas diferentes. Só é possível chegar a 41% de estudantes bolsistas na PUC realizando essa operação.

No documento, constam os outros cursos que, na sua totalidade, darão como já afirmado 41% de estudantes bolsistas. Na análise, percebe-se a artimanha para obter números tão elevados. Grande parte das bolsas da PUC-SP não são integrais, ainda mais se tratando de “bolsas-doação”. O que o documento deixa claro é que há duas bolsas principais na PUC: a Restituível (1972) e a “Doação” (1922). Quem tem o mínimo de contato com os estudantes e não fica enclausurado em setores burocráticos da universidade, sabe que a PUC costuma mesclar dois tipos de bolsa. No caso, é difícil um estudante conseguir 100% “doação”, normalmente se divide a bolsa doação com a bolsa restituível. É, portanto, comum ter uma porcentagem de bolsa restituível e uma porcentagem de bolsa doação.

Torna-se clara a manipulação dos números, o documento soma todas as bolsas como se fossem integrais. Ora, se um aluno, por exemplo, tem parte de bolsa restituível e parte de bolsa doação (bolsa combinada), como mostra o exemplo de uma outra tabela que evidencia o número de bolsas combinadas cedidas para os alunos de primeiro ano

de 2004, tabela essa apresentada aos Conselhos da PUC, não se pode somar duas bolsas, dando a entender que dois alunos estão sendo beneficiados, pois são duas bolsas para apenas um aluno.

Os dois veículos institucionais da PUC (*Jornal da PUC* e *A Semana*) enaltecem o caráter filantrópico e comunitário desta universidade. Segundo consta nos veículos, “41% dos alunos matriculados nesta universidade têm algum tipo de bolsa”. Quando trata-se da modalidade doação os números tornam-se mais vistosos, “O custo anual da PUC-SP com esse tipo de bolsa saltou de R\$ 2 milhões, em 2001, para R\$ 12 milhões em 2004. A diferença é ainda maior se observado outro tipo de dado: 1993, cerca de 200 estudantes eram beneficiados com essa modalidade. Em 2004, são 1.922”.

Trata-se, portanto, de um desrespeito à inteligência dos estudantes os dados acima divulgados pelo jornal, pois ao se calcular o aumento do número de bolsas em valores absolutos, sem relação nenhuma com o aumento de receita na universidade no mesmo período, pouco se entende o aumento real das bolsas na PUC, ou seja, sua relação com o aumento da receita e com o aumento do número de estudantes nesta universidade.

Por último, pelos documentos, e ao contrário do que foi divulgado nos jornais da Reitoria, não é verdade que existem 1.922 estudantes com o valor integral da mensalidade pago por esta universidade. Além disso, os documentos são contraditórios quanto ao número de estudantes com bolsa doação. De forma alguma a soma total de estudantes bolsistas chega a 1.922, o número correto aplicando-se a matemática mais elementar é de 1.141 estudantes. Uma diferença gritante de 781 alunos.

Marcelo Tomassini e Tiago Guerra
são alunos do 4.º ano de História

Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

É proibido pensar?

“Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder?”

Caetano Veloso – 1968

Marcio “Taquaral”

Deprimente. Assim eu classificaria o que aconteceu quarta-feira (29/9) no nosso histórico Teatro da Universidade Católica, o Tuca. Como se sabe, um grupo de supostos estudantes da PUC-SP invadiu o teatro para impedir a realização de um debate sobre a Reforma do Ensino Superior organizado por estudantes da universidade, com a colaboração da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP), conforme foi noticiado por este veículo em sua edição n.º 503, de 4/10/04.

A atitude por si só já é carregada de um espírito antidemocrático inquestionável. Ora, impedir a realização de um evento organizado pelos próprios estudantes da PUC é, no mínimo, autoritário.

O mais assustador foi a justificativa dos agressores. Uns diziam que impedir o debate significava “combater a reforma”. Mas isso não faz sentido! Como impedir a discussão vai ajudar a barrar a reforma se alguns dos estudantes que são contra a reforma, o são porque puderam justamente se informar e debater o assunto, que é polêmico e complexo. A proposta de realização do evento no Tuca era justamente essa. Possibilitar um debate com diferentes e variados pontos de vista sobre uma questão que é de interesse comum a todos da comunidade. Por que não permitiram que seus colegas fizessem o mesmo?

Aliás, todos os membros da mesa debatedora tinham posições críticas à reforma e isso não é novidade pra ninguém. A professora Madalena Peixoto – que além de estar no evento representando a Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos

de Ensino), como este jornal registrou, é também a diretora do Centro de Educação da PUC-SP – e o professor Erson Martins, diretor da Apropuc, vêm acompanhando essa questão da reforma desde que ela surgiu, no ano passado.

A predisposição para o debate foi total. Os protestantes puderam negar o microfone, que estava aberto para qualquer pessoa. A idéia era que pudéssemos expressar opiniões sobre o tema. E divergências, como todos sabemos, fazem parte desse processo de discussão. Assim caminha a nossa humanidade e somente desta forma podemos olhar para trás e enxergarmos e analisarmos os erros que cometemos.

Mas aqueles rapazes e moças têm muita certeza sobre o que afirmam. Pergunto novamente: por que então não entraram no debate? Porque o que os movia não era exatamente a reforma universitária. Seus questionamentos não estão no âmbito da conjuntura política e educacional nacional. Mas sim pertencem a um jogo de forças do movimento estudantil.

Curiosamente, parece que voltamos aos tempos da ditadura militar, em que se manifestar e dizer suas opiniões era proibido. A manchete “impediram o debate contra a presença da UNE e da UEE-SP dentro da PUC” é a mesma que foi anunciada em 1977, quando Erasmo Dias e suas tropas silenciadoras invadiram violentamente a PUC-SP, bateram nos estudantes, jogaram *napalm* em alunos, depredaram os Centros Acadêmicos – também legítimos representantes dos estudantes – num triste e marcante episódio da história da luta pela democracia no nosso país. Democracia esta que só foi estabelecida quase dez anos depois, após muitos jovens

serem mortos por cometerem este mesmo “crime” de dar a sua opinião. Será que este mesmo Erasmo Dias teria sido o mentor intelectual da invasão do TUCA?

Os estudantes têm todo direito e devem protestar, sempre. Mas sem que isso signifique desrespeitar o direito e o dever do restante da comunidade. Esse comportamento é autoritário e impede o que de fato está em questão, o debate de idéias. A não ser que tenham se inspirado no antigo CCC (Comando de Caça aos Comunistas), aquela famosa organização que invadiu o Teatro Ruth Escobar para impedir a encenação da peça “Roda Viva”, de Chico Buarque.

Diante dessa atitude, pergunto: que tipo de universidade querem esses supostos estudantes? Uma universidade monolítica, em que predomine o pensamento único e que não permite o debate de idéias? No começo deste ano, quando a reitoria da PUC-SP estava ocupada por protestantes, cerca de 600 estudantes do Direito e da FEA ameaçaram desocupá-la à força. Será essa a elite intelectual do país?

Ao assistir aquele “espetáculo” no Tuca, desta vez promovido por um grupo que se autoconclama estudantes de Ciências Sociais, Serviço Social e Letras, percebi que não é apenas uma questão de curso, e sim uma questão da universidade. E uma universidade que forma esses autoritários precisa ser reformada com urgência. Qual reforma? Para sabermos, precisamos debater. Se deixarem.

Marcio “Taquaral” é estudante de Direito

Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

Rola na rampa

Consun e Cepe juntos para discutir ProUni

O Programa Universidade para Todos (ProUni) vai ser tema de uma reunião conjunta entre Conselho Universitário (Consun) e Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe), as mais altas instâncias deliberativas da universidade no campo acadêmico. A sessão está marcada para esta sexta-feira, 29/10, às 9h30, na sala P-65. O ProUni foi implantado pelo governo em setembro, através de medida provisória (sem votação no Congresso), sob a alegação de que as vagas criadas pelo programa teri-

am de existir já em 2005, e não se poderia esperar discussão maior. Com a implantação, instituições educacionais com fins lucrativos podem economizar em impostos se concederem bolsas a estudantes de baixa renda, com prioridade para afrodescendentes, indígenas e deficientes. A reunião ordinária do Consun está mantida para 27/10. O Conselho Comunitário reúne-se na terça-feira, às 14h, e o Conselho de Administração e Finanças na quinta-feira, às 9h, também na P-65.

Nu-Sol organiza mais um curso livre

Política e tolerância é o tema do novo curso livre promovido pelo Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol), do pós em Ciências Sociais. As aulas começam nesta segunda-feira, 25/10, e vão até a quinta, 28, das 19 às 21h30, na sala P-65, e serão ministradas pela professora Salete Oliveira. O projeto tem apoio da Capes, a exemplo do que ocorreu no curso livre do ano passado, sobre abolicionismo penal. Inscrições gratuitas em www.nu-sol.org.

Mídia e Relações Raciais

A jornalista Rosane Borges, do Geledés Instituto da Mulher Negra, vem à PUC nesta semana para analisar o retrato das relações raciais na mídia. O seminário acontece nesta terça-feira, 26/10, às 17h30, na sala 4A-05 (4.º andar do Prédio Novo). Participam da organização o Laboratório de Economia Social (LES), do pós em Economia Política, e o pós em Educação: Currículo.

A religião na empresa

O pós em Ciências da Religião promove duas palestras na quarta-feira, 27/10, às 14h, na sala 500 (5.º andar do Prédio Novo) com o tema *Religião nas empresas*. Os palestrantes serão Hiroshica Nakamaki, professor do Centro Internacional de Etnologia de Osaka, que falará sobre *A presença da religião nas empresas do Japão*, e Jean Bártoli, professor do IBMC e da Fundação Getúlio Vargas, com a palestra *Religião na empresa: um panorama do contexto brasileiro*. Em seguida haverá debate com o público. O evento conta com o apoio do Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional (Naci).

Peça infantil em cartaz no Tuca

Já está em cartaz no Tuca o espetáculo musical infantil *O mistério do fantasma apavorado*, inspirado na obra *Fantasma de Canterville*, de Oscar Wilde, consagrada na literatura universal. A adaptação da peça é de Walcyr Carrasco, e a direção de Eduardo Figueiredo, com grande elenco e bailarinos. O preço do espetáculo é R\$ 30, e R\$15 para estudantes, crianças e idosos. A peça retrata uma família que vai passar as férias na fazenda, e lá encontra um fantasma triste, que sequer consegue se fazer acreditar. Informações: 3670-8455.

Fernanda Porto grátis no Tuca

A cantora e instrumentista Fernanda Porto, famosa pela mistura entre bossa-nova e música eletrônica, apresenta-se no Tuca nesta terça-feira, 26/10,

às 20h. No repertório, músicas do primeiro disco e outras inéditas. A entrada é gratuita. O show faz parte do projeto Trama Universitário.

Semana de Publicidade começa nesta segunda

A Semana do curso de Publicidade e Propaganda vai ter discussões sobre design gráfico, fotografia, texto, criação, cinema e Internet na profissão, em palestras que acontecem pela manhã e à noite no Tucarena e no Auditório 333, até

sexta-feira. A programação conta com dois encontros organizados pelos alunos, sobre Terceiro Setor e novas tecnologias. Nos outros dias, a coordenação do curso preferiu destacar profissionais de grandes agências multinacionais.